

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 30/11/2018

- [III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude termina nesta sexta-feira \(30/11\)](#)
- [Assembleia nacional francesa aprova proibição da 'palmada educativa'](#)
- [Crianças são encontradas trancadas em terraço de casa em Xexéu](#)
- [Olinda - audiência pública debaterá Medida Socioeducativa em Meio Aberto](#)
- [Projeto Maria vai à Escola conscientiza crianças sobre Lei Maria da Penha](#)

**Assunto: III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude termina nesta sexta-feira (30/11)**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 30/11/2018



O III Fórum de Equipes Interprofissionais da Infância e Juventude termina nesta sexta-feira (30/11). Promovido no auditório da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape/TJPE), o evento tem como objetivo promover debates sobre temas que envolvem crianças e adolescentes em situação de violência e cumprimento de medidas socioeducativas. O público-alvo são profissionais e estudantes de Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Direito, e de Saúde. A iniciativa, iniciada na quinta-feira (29/11) é realizada pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ/TJPE) e pela Esmape.

A programação do evento inclui conferências e mesas redondas que irão abordar temas como “A construção da identidade cidadã através da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade”; “Cuidados em saúde mental de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas”; “Adolescência e violência”; e "Intersetorialidade no atendimento ao adolescente em conflito com a lei".

O juiz Élio Braz, da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, representando o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, destacou a oportunidade durante o evento de estabelecer um diálogo mais próximo com profissionais de diferentes áreas que integram as ações desenvolvidas em prol do bem-estar da criança e do adolescente no Estado. “Precisamos de momentos como este em que podemos expor nossas principais dificuldades na área e quais os melhores caminhos que podemos seguir, enfatizando experiências que deram certo no restabelecimento de jovens que vivem em situação de violência e também daqueles que cumprem medidas socioeducativas. Que a gente possa trabalhar melhor dentro da nossa função jurisdicional com o apoio das equipes interprofissionais aqui representadas. Parabéns aos idealizadores da ação”, afirmou.



**O magistrado Élio Braz destacou a oportunidade durante o evento de estabelecer um diálogo com profissionais de diferentes áreas que integram as ações em prol da criança e do adolescente**

O vice-diretor da Esmape, desembargador Evandro Magalhães, reforçou, dentro do contexto de promoção do Fórum, o papel da Escola Judicial de capacitar e de desenvolver magistrados e servidores em parceria com profissionais e instituições diversas. “Realizamos esse trabalho de aperfeiçoamento do Judiciário. Hoje, especificamente, tratamos de um assunto muito relevante e delicado e que me remete ao início da minha carreira quando trabalhei como promotor também na área da Infância e Juventude. E é um tema que precisa de uma atenção específica. É preciso investir em ações que realmente recuperem esse jovem e o trabalho que vocês desenvolvem nas suas respectivas áreas é de suma importância no cumprimento desse propósito. Vocês realizam um trabalho em aspectos mais profundos do ser humano, como os voltados à área de psicologia, assistencial social e pedagogia, que surte resultados e subsidiam o Judiciário para que encontre o melhor caminho na prevenção e na recuperação desses jovens”, observou o magistrado.

Na sequência, o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude, Élio Braz, promoveu o seminário “Sinase- Responsabilização com Direitos Humanos”. “Busco aqui enfatizar a questão dos direitos humanos, focando na questão da Justiça de transição. A Justiça de transição ao redor do mundo se faz almejando a superação do período autoritário ou de graves violações de direitos humanos a partir de objetivos traçados que, para serem alcançados, dependem de uma série de fatores, como por exemplo repercussão internacional, do momento histórico da realidade atual e da própria cultura de cada país. O Brasil ainda precisa crescer muito para fazer uma Justiça de transição, que é aquela em que há consagração dos direitos humanos, essencial ao desenvolvimento dos indivíduos numa sociedade. Então considero o trabalho realizado por todos os profissionais que integram a Infância e Juventude nas suas diversas especialidades fundamental na recuperação das pessoas que buscam o resgate desses direitos”, pontuou.

**Presentes-** Participaram do primeiro dia do evento também a juíza auxiliar da Vara Regional da Capital, Anamaria Borba, a pedagoga da Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, Elisama Costa; e representantes da Secretaria de Saúde estadual, da Secretaria de Educação do Estado, da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase); do Ministério Público de Pernambuco.

**Assunto: Assembleia nacional francesa aprova proibição da 'palmada educativa'**

**Fonte: Portal G1**

**Data: 30/11/2018**



A Assembleia Nacional francesa adotou, na madrugada de quinta-feira (29) para sexta-feira (30), uma proposta que visa proibir “as violências educativas ordinárias”. O texto do partido de centro MoDem foi adotado por 51 votos a favor, um contra e três abstenções.

O projeto de lei ainda passará por outros trâmites legislativos e pelo Senado antes de ser adotado definitivamente. Ele não prevê novas sanções penais, já existentes no código francês. De acordo com a relatora Maud Petit, a lei tem um objetivo “pedagógico”, que é o de desestimular os pais a utilizarem punições corporais para educarem seus filhos.

“É uma escolha de sociedade”, declarou a deputada Alice Thourot, do partido República em Marcha, do presidente francês, Emmanuel Macron. O texto prevê que o Código Civil inclua a frase: “a autoridade dos pais deve ser exercida sem violências físicas ou psicológicas”.

O debate na Assembleia foi moderado. Apenas um deputado do partido de direita Os Republicanos, Raphael Schellenberger, criticou o tempo desperdiçado pelos parlamentares na análise do texto. “A intenção é boa”, disse, mas a lei é mais simbólica do que essencial, julgou. O deputado também criticou “o marketing” em torno do projeto.

A única deputada a votar contra a lei foi Emmanuelle Ménard, representante do partido de extrema direita Reagrupamento Nacional, de Marine Le Pen. Segundo ela, a proibição da palmada “retira dos pais certas prerrogativas” na educação dos filhos e o texto considera os franceses como “imbecis”.

### **Texto facilita punições**

A ministra da Saúde, Agnès Buzyn, apoiou o texto. “Não educamos pelo medo”, declarou, acrescentando que a palmada, “pretensamente educativa”, tem “consequências desastrosas no desenvolvimento da criança”.

Ela reagiu às críticas da oposição, ressaltando que o texto não é simbólico, porque “rompe com a apreciação maleável da jurisprudência” de um “direito de correção”, por parte dos pais.

A proibição formal permitirá à França de se alinhar aos tratados internacionais de proteção da infância, tornando-se o 55º país a proibir totalmente os castigos corporais.

**Assunto: Crianças são encontradas trancadas em terraço de casa em Xexéu**

**Fonte: Jornal do Comércio de PE**

**Data: 30/11/2018**

## jornal do commercio



Duas crianças foram encontradas presas no terraço de uma casa no bairro Alice Gonçalves, em Xexéu, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, nessa quinta-feira (29). Os dois meninos, de quatro e seis anos, estavam sem água, sem comida e não tinham acesso ao banheiro, nem aos outros cômodos da casa.

De acordo com a Polícia Civil, as crianças eram deixadas trancadas todos os dias pela madrasta, que sempre saía sem informar para onde iria. O pai dos meninos é cortador de cana. Ele sai de casa ainda de madrugada para trabalhar e só volta no começo da noite.

Os irmãos foram resgatados após o Conselho Tutelar do município acionar a polícia, que rompeu o cadeado da casa e tiraram as crianças de lá. Os meninos foram levados para o hospital da cidade, onde passaram por avaliação médica e em seguida foram levados para a delegacia.

### **Inquérito**

Ainda segundo a Polícia Civil, um inquérito foi instaurado para apurar os crimes de abandono de incapaz e maus tratos. As crianças agora estão sob os cuidados de uma tia.

**Assunto: Olinda - audiência pública debaterá Medida Socioeducativa em Meio Aberto**

**Fonte: MPPE**

**Data: 30/11/2018**



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), através da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda Infância e Juventude, realizará, em 29 de janeiro de 2019, audiência pública para debater a questão do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto. O encontro será às 14h, no auditório da Promotoria de Justiça de Olinda, na Avenida Pan Nordestina, nº 646, Edf. Dom Hélder Câmara, Vila Popular.

Foram convocados o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Infância e Juventude do MPPE (CaopIJ); o juiz de Direito em exercício na Vara da Infância e Juventude de Olinda; o 6º promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda; o prefeito de Olinda; o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos; o secretário municipal de Educação, Esportes e Juventude; representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente; do Conselho Tutelar; do Creas e da Funase. Também devem participar os adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto no Município e seus familiares, com o auxílio do CREAS na divulgação do evento entre os reeducandos; além da sociedade civil.

Os participantes que desejarem se manifestar passarão por cadastramento prévio, mediante aposição de nome e qualificação na lista de inscrição. O tempo de duração das intervenções será estabelecido por quem presidir a audiência, em função da quantidade de pessoas previamente cadastradas, assegurando-se igualdade na distribuição do tempo.

### **Agenda da audiência pública**

13h45 às 14h – Cadastramento prévio dos expositores

14h15 – Abertura da audiência pública

14h30 – Esclarecimentos dos representantes convidados

16h – Exposição de integrantes da sociedade civil

16h30 – Debates, esclarecimentos e identificação de estratégias e providências a serem adotadas

**Assunto: Projeto Maria vai à Escola conscientiza crianças sobre Lei Maria da Penha**

**Fonte: AMB**

**Data: 30/11/2018**



Idealizado pela juíza Maria Aparecida Cury, da Coordenadoria Estadual de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), o projeto Maria vai à Escola leva a crianças de 9 a 13 anos aulas sobre direitos humanos, igualdade de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher. A ação é realizada na capital Boa Vista, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.



“A ideia do projeto surgiu de dentro da própria Lei Maria da Penha, que fala de educação, de começar a mudança de mentalidade, da mudança da cultura machista, de desigualdade de gênero pela educação. E eu, magistrada, acredito que nós só mudamos a cultura de um país por meio da educação”, explica Maria Aparecida Cury.

Criada em 2015, a iniciativa já atendeu 17 das 49 escolas de ensino fundamental de Roraima, contemplando dois mil alunos. Maria vai à Escola tem como objetivo promover a cidadania e conscientizar os alunos sobre a resolução não violenta de conflitos. Após oito aulas, as crianças recebem certificado e, quando possível, a magistrada palestra ao final. Ela conta que todos os momentos vividos no projeto são memoráveis, mas houve um em especial. “Na entrega do certificado, uma menina foi com a mãe, que se apresentou a mim, agradeceu e disse que elas foram vítimas de violência doméstica. Isso me marcou. Me marca muito, também, o fato de crianças, diretores e gestores dizerem que a convivência melhorou depois do projeto”.

Para o ano que vem, Maria Aparecida Cury revela que o plano é continuar o trabalho, “sempre tentando aperfeiçoar e melhorar”. Ela também diz ter vontade de expandir a ação para além da cidade de Boa Vista. “Para isso, nós precisamos de parceria. Esse projeto só existe porque a prefeitura da cidade é parceira”, conclui.

O projeto foi premiado pelo Fórum de Segurança Pública com o selo de Boas Práticas, que será entregue no dia 17 de dezembro. O prêmio busca promover uma nova abordagem para a prevenção da violência, valorizando o enfoque territorial e o papel dos municípios, com destaque para as boas práticas encontradas no País.

Com a iniciativa, a magistrada esteve entre os finalistas do Prêmio Viva 2018, na categoria Justiça, promovido pela Revista Marie Claire e Instituto Avon, que visa homenagear pessoas atuantes no enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. “A gente vai fazendo o trabalho sem nenhuma pretensão e, de repente, ele é reconhecido. Ser indicada a essa premiação é uma felicidade imensa. Para nós, que trabalhamos no Norte, em um Tribunal de Justiça pequeno, o menor do País, é mais gratificante ainda”, afirma a magistrada.